

REFORMAS EDUCACIONAIS E A PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Marcilene Rosa Leandro Moura¹

Conhecendo a proposta

A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, lançou neste ano de 2008 uma proposta curricular para ser implementada de forma imediata em todas as escolas da rede pública do Estado de São Paulo. O projeto, que segundo a Secretária da Educação do Estado de São Paulo Professora Maria Helena Guimarães Castro é ousado e inovador, está apoiado na utilização de vários materiais pedagógicos (SEE/SP, 2008).

Estes materiais (apostilas no formato cartilha, jornal e DVD's) foram enviados à todas as escolas da rede (Equipe Gestora – Diretor, Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico -, professores e alunos) com orientações específicas sobre sua utilização na unidade escolar (SEE/SP, 2008).

A Coordenadora Geral do Projeto Maria Inês Fini, afirma na apresentação da Revista do Professor – que foi distribuída em todas as escolas da rede pública estadual, independente da escola ser da zona rural ou urbana - que compreende que professores e alunos são únicos e que o material disponibilizado servirá de referência para as práticas em sala de aula (SEE/SP, 2008).

O primeiro material elaborado por uma equipe técnica da SEE/SP e distribuído em todas as escolas da rede pública estadual de São Paulo foi o Jornal do Aluno – no formato de um Jornal e entregue a todos os alunos (os professores também receberam um exemplar de acordo com a disciplina/série que ele ministra aulas) – e a Revista do Professor – entregue a todos os professores. De acordo com orientações da Secretaria de Estado da Educação, este material, indicado para ser utilizado nos primeiros 40 dias letivos do ano de 2008 (entre os dias 18 de fevereiro e 30 de março de 2008), objetivou subsidiar tanto professores quanto alunos na realização das atividades em sala de aula

¹ Professora de Educação Física; Especialista em Gestão e Administração Escolar; Mestranda em Educação na Universidade de Sorocaba. Integrante do Núcleo de Investigação do Trabalho Docente (NITDO). E-mail: marcia.moura1972@uol.com.br

durante o denominado período de recuperação intensiva e privilegiou a leitura, a produção de textos e a matemática (SEE/SP, 2008).

O Jornal do Aluno foi organizado por áreas facilitando a compreensão do leitor e a Revista do Professor subsidiou a aplicação das atividades propostas no referido Jornal. O material foi dividido em fundamental e médio, por disciplina/série e apresentava em seu teor o número específico de aulas necessárias para a aplicação de cada conteúdo pré-determinado e trouxe de forma detalhada possibilidades de aplicação e de avaliação das atividades propostas para o aluno portador do Jornal (SEE/SP, 2008).

A Revista do Professor apresenta também:

[...] as habilidades que foram previstas para recuperar/consolidar; o modo de o professor se preparar para aplicar a aula; os recursos necessários; o modo de direcionar e motivar os alunos; o tempo previsto; o modo de organizar a classe para as tarefas; o modo de avaliar e corrigir os produtos da atividade (SEE/SP, 2008, p. 13).

Além da Revista do Professor e do Jornal do Aluno, os professores e equipe gestora receberam também orientações por meio de vídeos tutoriais que apresentaram os princípios da organização do material (SEE/SP, 2008).

Segundo informações constantes na Revista do professor, “*As habilidades de leitura e produção de textos serão privilegiadas nas disciplinas Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte, Educação Física, História e Filosofia*” e não exclui o desenvolvimento de outras habilidades (SEE/SP, 2008, p. 15).

A Educação Física na Revista do Professor

A Revista do Professor de Educação Física abordada está no mesmo volume das disciplinas de Língua Estrangeira Moderna – Inglês – e Arte e possui orientações para alunos do ensino médio – 1ª, 2ª e 3ª séries. E afirma que:

[...] o ensino de Educação Física deve organizar situações de aprendizagem que facilitem o entendimento do percurso histórico traçado pelas práticas corporais, as intenções e relações sociais embutidas nessas manifestações e os processos que permitiram condições privilegiadas a algumas, enquanto outras são desconsideradas. [...] visa contribuir para que o (a) estudante reconheça várias nuances da manifestação esportiva, atentando para suas múltiplas interpretações; analise-a criticamente como espetáculo a ser consumido [...] (SEE/SP, 2008, p. 56).

Na apresentação da proposta para o Ensino Médio, os conteúdos relacionados à cultura da prática esportiva selecionados para o período de recuperação foram distribuídos em 12 aulas. Estas aulas tratam da profissionalização do esporte bem como de sua relação com a ascensão social e ressalta que o professor deverá documentar as atividades, para posteriormente verificar a consolidação ou não das habilidades propostas e também para servir de material de apoio à avaliação do rendimento dos alunos (SEE/SP, 2008).

A seguir a Revista do Professor apresenta um quadro definindo o número total de aulas que deverão ser ministradas neste período de recuperação intensiva (18 de fevereiro à 30 de março de 2008), as habilidades que devem ser contempladas e os campos de estudo (SEE/SP, 2008).

Continuando com as orientações ao professor para que este possa ministrar sua aula, a Revista do Professor traz também uma parte específica denominada “orientações para aplicação das atividades”. Nestas orientações são citadas a quantidade de aulas necessárias para a aprendizagem ou recuperação da aprendizagem daqueles conteúdos propostos, os recursos necessários para sua viabilização e os procedimentos a serem adotados pelo professor. Em algumas indicações de aulas apresentam também qual a ação preparatória que deve ser promovida pelo professor antes de iniciar a atividade sugerida (SEE/SP, 2008).

As aulas de Educação Física, propostas o Ensino Médio não incluem a vivência prática dos alunos sobre o que está sendo discutido, atendendo à determinação de todas as disciplinas trabalharem leitura, produção de textos e matemática. Por fim, a Revista do Professor apresenta uma grade de avaliação que deverá ser elaborada pelo professor para averiguar se as metas propostas foram efetivamente alcançadas (SEE/SP, 2008).

Nas “Considerações Finais” da Revista do Professor a Educação Física é definida como a disciplina responsável pela “[...] *internalização de comportamentos sociais positivos como a disciplina, perseverança, dedicação, cooperação, competitividade, etc. [...]*” e traz por fim, uma lista de referências – livros, sites e filmes – que poderão ser consultadas pelo professor para a realização destas aulas no período de recuperação intensiva (SEE/SP, 2008, p. 63).

Após este período de recuperação intensiva – entre os dias 18 de fevereiro e 30 de março de 2008 – onde foram utilizadas a Revista do Professor, o Jornal do Aluno e

os vídeos tutoriais, e a preparação de toda a comunidade escolar para a realização das avaliações do aprendizado consolidado no período de recuperação intensiva, a Secretaria de Estado da Educação enviou novamente à todas as escolas da rede pública estadual um novo material: a Proposta Curricular de cada disciplina acompanhada do Caderno do Professor este separado por bimestre, série e disciplina. Este é o próximo item que passo a abordar a seguir.

A Proposta Curricular

Depois de enviar o material do período de recuperação intensiva – Jornal do Aluno, Revista do Professor e Vídeos Tutoriais – a Secretaria de Estado da Educação envia um novo material indicando os conteúdos a serem trabalhados pelo professor no ano letivo de 2008, informando que o período inicial do ano letivo – período entre os dias 18 de fevereiro de 30 de março -, foi apenas um período de recuperação e que o trabalho com os conteúdos do primeiro bimestre se iniciam com a chegada deste novo material também em formato de cartilha, denominado “Cadernos do Professor”.

O material que apresenta os “Cadernos do Professor” é uma outra cartilha confeccionada sob a coordenação de Maria Inês Fini, denominada “Proposta Curricular do Estado de São Paulo – Educação Física – Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio”.

O texto de Apresentação da Cartilha vem assinado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo Maria Helena Guimarães de Castro que justifica a necessidade de uma Proposta Curricular com a seguinte frase: *“A criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que deu autonomia às escolas para que definissem seus próprios projetos pedagógicos, foi um passo importante. Ao longo do tempo, porém, essa tática descentralizada mostrou-se ineficiente.”* (SEE/SP, 2008a, s/p.).

Por conta desta ineficiência, a Secretária da Educação do Estado de São Paulo salienta que se faz necessária uma “[...] *ação integrada e articulada* [...]”, que também subsidie os profissionais da rede. Finalizando o texto de apresentação, afirma: *“Mais do que simples orientação, o que propomos, com a elaboração da Proposta Curricular e de todo o material que a integra, é que nossa ação tenha um foco definido.”* (SEE/SP, 2008a, s/p.).

A Proposta Curricular foi dividida em áreas, a saber: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, – Biologia, Química e Física – Matemática e Ciências Humanas e suas Tecnologias – História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Psicologia – e Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física.

A apresentação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo está dividida em dois tópicos: Uma educação à altura dos desafios contemporâneos e Princípios para um currículo comprometido com o seu tempo. Este segundo tópico apresenta os seguintes itens: I) Uma escola que também aprende; II) O currículo como espaço de cultura; III) As competências como referência; IV) Prioridade para a competência da leitura e da escrita; V) Articulação das competências para aprender e VI) Articulação com o mundo do trabalho. Assegura ainda que esta iniciativa procura “[...] *garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências, para que nossas escolas funcionem de fato como uma rede [...]*” priorizando a competência de leitura e escrita (SEE/SP, 2008a).

Ainda nesta apresentação, são citados outros materiais que darão suporte à Proposta Curricular, como por exemplo, as “Orientações para a Gestão do Currículo na Escola” dirigido à equipe gestora, e os “Cadernos do Professor” dirigido aos professores, organizados por bimestre, série e por disciplina (SEE/SP, 2008a).

O texto de apresentação afirma que a sociedade do século XXI

[...] é cada vez mais caracterizada pelo uso intensivo do conhecimento, seja pra trabalhar, conviver ou exercer a cidadania, seja para cuidar do ambiente em que se vive. Essa sociedade, produto da revolução tecnológica que se acelerou na segunda metade do século passado e dos processos políticos que redesenharam as relações mundiais, já está gerando um novo tipo de desigualdade, ou exclusão, ligada ao uso das tecnologias de comunicação que hoje mediam o acesso ao conhecimento e aos bens culturais (SEE/SP, 2008a, p. 9).

Afirma também que por conta do maior número de pessoas portadoras de um diploma de nível superior, este deixou de ser um diferencial, sendo então, mais relevantes as características cognitivas e afetivas e as competências apreendidas na vida escolar. Neste sentido, a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas para as camadas mais pobres da população é fundamental para a inserção do indivíduo no mundo de “[...] *modo produtivo e solidário*”. (SEE/SP, 2008a, p. 10).

Adverte que “[...] não há liberdade sem possibilidade de escolhas [...]”, portanto é necessário que os alunos tenham “[...] acesso a um amplo conhecimento dado por uma educação geral, articuladora, que transite entre o local e o mundial [...]” (SEE/SP, 2008a, p. 11).

A Proposta Curricular ora discutida apresenta como princípios centrais: “[...] a escola que aprende, o currículo como espaço de cultura, as competências como eixo de aprendizagem, a prioridade da competência de leitura e de escrita, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho”, (SEE/SP, 2008a, p. 11).

Tendo um currículo que promove a aprendizagem de competências e habilidades, a atuação do professor, os conteúdos propostos, as metodologias e a aprendizagem dos alunos compõem um sistema comprometido com a formação de crianças e jovens em adultos aptos a exercer suas responsabilidades – trabalhar, constituir uma família e ser autônomo – e com condições de atuar na sociedade de forma produtiva (SEE/SP, 2008a).

Este currículo amparado no conceito de competências propõe que a escola e os professores indiquem claramente o que o aluno vai aprender, o que é indispensável que este aluno aprenda, garantindo desta forma a todos “[...] igualdade de oportunidades, diversidade de tratamento e unidade de resultados. Quando os pontos de partida são diferentes, é preciso tratar diferentemente os desiguais para garantir a todos uma base comum”. (SEE/SP, 2008a, p. 15).

Justificando a ênfase na centralidade da linguagem nos processos de desenvolvimento, a Proposta Curricular propõe que o adolescente aprenda pouco a pouco, a enfrentar as conseqüências das próprias ações, “[...] a propor e alterar contratos, a respeitar e criticar normas, a formular seu próprio projeto de vida e a tecer seus sonhos de transformação do mundo.” E é responsabilidade de todos os professores esta aprendizagem (SEE/SP, 2008a, p. 17-8).

Lembrando sempre que a quantidade e a qualidade do conhecimento devem ser “[...] determinadas por sua relevância para a vida de hoje e do futuro, além dos limites da escola. Portanto, mais que os conteúdos isolados, as competências são guias eficazes para educar para a vida.” (SEE/SP, 2008a, p. 18).

A Proposta Curricular faz menção também à necessidade da articulação da educação com o mundo do trabalho, reforçando a necessidade da alfabetização tecnológica básica, no sentido de preparar os alunos para a inserção num mundo em que a tecnologia está cada vez mais presente na vida das pessoas e também da compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos da produção de bens e serviços necessários à vida (SEE/SP, 2008a).

Segundo a Proposta Curricular, o trabalho passa por transformações profundas e afirma que:

[...] À medida que a tecnologia vai substituindo os trabalhadores por autômatos na linha de montagem e nas tarefas de rotina, as competências para trabalhar em ilhas de produção, associar concepção e execução, resolver problemas e tomar decisões tornam-se mais importantes do que conhecimentos e habilidades voltados para postos específicos de trabalho. (SEE/SP, 2008a, p. 24).

Portanto, de acordo com a Proposta Curricular implementada no ano de 2008 pela SEE/SP, além da ênfase na centralidade da linguagem nos processos de desenvolvimento dos alunos, amparada em habilidades e competências, os conteúdos propostos devem estar articulados com o mundo do trabalho. No item seguinte, apresento como estas discussões aparecem na Proposta Curricular da disciplina de Educação Física para o Ensino Médio.

A Proposta Curricular para a Educação Física

Nos tópicos anteriores, procurei apresentar a Proposta Curricular da SEE/SP, abordando os aspectos gerais que norteiam o documento. Neste item, farei um apanhado sobre a concepção da disciplina de Educação Física de acordo com a Proposta Curricular especificamente no Ensino Médio.

Pela Proposta Curricular a cultura de movimento é um dos fenômenos mais importantes nos meios de comunicação de massa e na economia mundial, onde a Educação Física Escolar trata da cultura relacionada aos aspectos corporais ligados à pluralidade dos modos de viver contemporâneos, e não apenas analisado como expressão pura e simplesmente biológica e mecânica (SEE/SP, 2008a).

A Proposta defende que a Educação Física Escolar deva trabalhar com grandes eixos de conteúdos e tem como objetivos gerais “[...] a compreensão do jogo, esporte, ginástica, luta e atividade rítmica como fenômenos socioculturais, em sintonia com os temas do nosso tempo e das vidas dos alunos [...] rumo à construção de uma autonomia crítica e autocrítica” (SEE/SP, 2008a, p. 46).

O conteúdo de Educação Física deve ser contextualizado e

[...] compreende o sujeito mergulhado em diferentes realidades culturais, nas quais estão indissociados corpo, movimento e intencionalidade. Ela não se reduz mais ao condicionamento físico e ao esporte, quando praticados de maneira inconsciente ou mecânica. O aluno do Ensino Fundamental e do Médio deve não só vivenciar, experimentar, valorizar, apreciar e aproveitar os benefícios advindos da cultura do movimento, mas também perceber e compreender os sentidos e significados das suas diversas manifestações na sociedade contemporânea (SEE/SP, 2008a, p. 38).

Pela Proposta, o jogo, esporte, ginástica, luta e atividades rítmicas se cruzam com 4 grandes eixos temáticos a saber: Corpo, Saúde e Beleza – sobre os padrões de beleza, alimentação e atividades físicas disseminadas pela mídia; Contemporaneidade – sobre conceitos e relações com seus corpos e com outras pessoas; Mídias – sobre questões mercadológicas que influenciam a vida dos jovens; Lazer e Trabalho – sobre o controle sobre o próprio esforço e o direito ao repouso e lazer no mundo do trabalho. Neste sentido, a Revista da Proposta Curricular traz os conteúdos a serem trabalhados nos quatro bimestres do ano letivo (SEE/SP, 2008a).

Complementando este material, o Professor de Educação Física (e de todas as outras disciplinas da escola) recebeu também a Revista do Professor com os conteúdos a serem trabalhados no primeiro bimestre, onde constam também as habilidades e competências a serem contempladas, as estratégias e seus respectivos recursos e por fim o processo de avaliação a ser considerado pelo professor (SEE/SP, 2008a).

Agora que já foi possível situar o leitor sobre os materiais enviados pela SEE/SP às escolas da rede pública estadual para a implantação imediata da Proposta Curricular, particularmente na disciplina de Educação Física no Ensino Médio, tento demonstrar a relação existente entre as reformas educacionais ocorridas na década de 90 do Século passado que atendem aos interesses de organismo internacionais como o Banco Mundial, a CEPAL, – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – FMI, – Fundo Monetário Internacional –OREALC, - Oficina Regional de Educação para a

América Latina e o Caribe – e UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura, à intervenção do capital para a legitimação da ideologia neoliberal dentro da unidade escolar por meio de pacotes pedagógicos que por fim, alteram drasticamente a atuação do professor, que sem autonomia para desenvolver seu trabalho passa a reproduzir conteúdos pré-determinados.

A questão das reformas educacionais e da autonomia

Depois de fazer uma apanhado geral sobre os materiais da Proposta Curricular do Governo do Estado de São Paulo, especificamente na disciplina de Educação Física no Ensino Médio, passo a expor algumas discussões com relação à relação entre as reformas educacionais da década de 90 do Século passado com o fim da autonomia do professor.

Nesta discussão sobre as reformas educacionais brasileira, é importante ressaltar as discussões ocorridas anteriormente por organismos internacionais. Uma delas é a elaboração da Declaração da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien, Tailândia. Esta Conferência, patrocinada pelo Banco Mundial e outras agências internacionais traz algumas discussões que nos remete à Proposta Curricular elaborada pela SEE/SP, implementada neste ano de 2008 nas escolas da rede pública do Estado de São Paulo, da mesma forma que a elaboração do Relatório Delors também contempla estas discussões.

A referida Declaração trata da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e afirma que todos os indivíduos devem ter condições de aprender a ler, escrever, expressar-se oralmente, calcular e resolver problemas, de modo que possam sobreviver, desenvolver suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade e continuar aprendendo (BRASIL, 2006)

Também trata da necessidade da concentração de todos os esforços na aprendizagem dos educandos, munidos de conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores e afirma que a educação básica deve ser universalizada, sem que se perca a qualidade além de se tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades e que esta se torne equitativa (BRASIL, 2006).

Já o Relatório Delors, - Relatório para a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura - da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI trata desse aprendizado útil onde a “[...] *educação deve transmitir de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber evolutivos, adaptados à civilização cognitiva*” (DELORS, 1998, p. 89).

Outro órgão internacional que vem discutindo e intervindo na educação nacional é o Banco Mundial, que sistematicamente apresenta pacotes de medidas organizadas por economistas dentro da lógica e da análise econômica, com o intuito de melhorar o acesso, promover a equidade e garantir a qualidade dos sistemas escolares por meio de reformas educacionais que em última instância devem possibilitar aos educandos as habilidades requeridas pelo mundo do trabalho. Para Torres (1998, p. 134-5) na concepção do Banco Mundial a qualidade educativa está pautada no investimento em três itens:

(a) Aumentar o tempo de instrução, através da prolongação do ano escolar, da flexibilização e adequação dos horários, e da atribuição de tarefas de casa; (b) proporcionar livros didáticos, vistos como a expressão operativa do currículo e contando em eles como compensadores dos baixos níveis de formação docente. Recomenda aos países que deixem a produção e distribuição dos livros didáticos em mãos do setor privado, que capacitem os professores na sua utilização, além de elaborar guias didáticos para estes últimos e (c) melhorar o conhecimento dos professores (privilegiando a capacitação em serviço sobre a formação inicial e estimulando modalidades á distância.

Segundo Torres (1998), o Banco Mundial recomenda que a elaboração do currículo seja feita de forma restrita pelo poder central e também define a educação como um campo sem especificidade ou discussão pedagógica, “[...] *no qual confluem e interatuam insumos ao invés de pessoas, resultados ao invés de processos, quantidades ao invés de qualidades*” (TORRES, 1998, p. 141). E diz ainda que para os técnicos do Banco Mundial o currículo é basicamente conteúdos. Este currículo define as matérias a serem ensinadas apresentando um guia geral sobre os objetivos a serem alcançados, estratégias, métodos, materiais de ensino, critérios e métodos de avaliação.

Com relação às reformas educacionais ocorridas nos anos noventa do Século passado, Neves (2000) diz que a indissociabilidade entre a economia e a política se refletiu na política educacional com a elaboração do Plano Decenal de Educação para

Todos que vislumbrava elevar o nível mínimo de escolaridade dos brasileiros e a melhoria da qualidade de ensino.

Para Oliveira (2004) as reformas educacionais propostas nos anos 90 do Século passado, o eixo principal da educação passa a ser a equidade social, contando com o apoio da comunidade escolar e tendo como objetivo principal formar indivíduos para a empregabilidade trazendo mudanças significativas para os trabalhadores docentes, principalmente questões relacionadas à flexibilização, desvalorização, desqualificação e precarização do trabalho docente, provocando uma reestruturação do trabalho pedagógico.

Oliveira (2004) esclarece ainda que com as determinações da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990 em Jomtien na Tailândia, onde os países presentes se comprometeram em implementar uma reforma educacional que viabilizasse a expansão da educação básica buscando a redução das desigualdades sociais.

Neste sentido, as reformas educacionais ocorridas no Brasil nos anos 90 do Século passado assumiram um duplo enfoque: Por um lado tem-se uma educação dirigida à formação para o trabalho e por outro lado a gestão da pobreza. Desta forma, afirma Oliveira (2004, p. 1131) “[...] tais reformas serão marcadas pela padronização e massificação de certos processos administrativos e pedagógicos, sob o argumento da organização sistêmica, da garantia da suposta universalidade [...]”.

Hypolito (1991, p. 4) afirma que na década de noventa do Século passado a escola brasileira passou por várias modificações em termos de estrutura e de organização e cita que:

[...] a escola transitou de um modelo tradicional, que se caracterizava pela autonomia do professor em relação ao ensino e à organização escolar e por processos burocráticos praticamente inexistentes, para um modelo técnico-burocrático, caracterizado pela redução da autonomia do professor em relação ao ensino e à organização da escola [...].

Enguita (1993, p. 283), alerta para a utilização da escola como disseminador da lógica do capital a partir do momento em que os governos utilizam materiais padronizados que “[...] geralmente contém declarações de objetivos, todo o conteúdo e material curricular necessário, especificações prévias das ações a serem desenvolvidas

pelos professores e as respostas apropriadas por parte dos estudantes e teste de diagnóstico e de resultado coordenados com o sistema”.

O mesmo autor afirma ainda que tais pacotes didáticos permitem às empresas que os produzem intervir diretamente no conteúdo a ser ensinado e

[...] submetem os professores a funções de mera execução, arrancando-lhes a capacidade de conceber o currículo ou a pedagogia; tornam mais difícil em geral para o pessoal docente o controle formal e informal sobre as decisões didáticas; eliminam a necessidade de uma coordenação ativa entre os professores, pois esta já vem pronta de fora; fazem com que os professores se vejam divorciados de seus colegas e de seu material de trabalho; reduzem o conhecimento a uma série de habilidades acumuláveis e calculáveis [...] (ENGUITA, 1993, p. 283).

Corroborando esta afirmação de Enguita, Hypólito (1991, p. 17) relata que o *“[...] o processo de dominação e controle sobre o trabalho dos educadores não se dá somente no que se refere ao conteúdo do ensino, mas também sobre a forma de transmissão desse conteúdo”*. E segue dizendo que os pacotes pedagógicos adotados com conhecimentos compilados para a orientação do trabalho em sala de aula é fundamental para a expropriação do saber do educador.

Aliada á questão da perda de autonomia dos professores na implementação de seu trabalho, temos outra discussão apresentada por Jáen (1991) que trata da teoria da proletarização aplicada aos docentes, caracterizada pela degradação das condições de trabalho.

Estas condições de trabalho estão relacionadas segundo Jáen (1991, p. 75) *“[...] à expropriação dos conhecimentos necessários para a produção [...] excluídos da concepção do processo produtivo e do próprio trabalho [...] e dependentes, por tudo isso, em grau crescente do controle e das decisões do capital [...]”*.

De acordo com os autores citados anteriormente, há uma interferência dos organismos internacionais na elaboração da política educacional proposta a partir da reforma educacional dos anos 90 do Século passado com a adoção de pacotes pedagógicos que trazem para o centro da discussão a aprendizagem e não o ensino bem como um processo de dominação e controle sobre o trabalho dos educadores.

Conclusões parciais

Primeiramente gostaria de salientar que a Proposta Curricular apresentada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, não deve ser encarada como uma Proposta e sim como um pacote educacional. Esta afirmação advém do fato de não ter havido efetivamente discussões com o corpo docente das unidades escolares sobre a referida proposta. Sua implementação veio de forma autoritária, não dando em nenhum momento chance do professor – na ponta do processo educativo – ler, discutir, concordar ou discordar da proposta.

Esta dita Proposta como pode ser verificado, atende inteiramente às determinações dos organismos internacionais, particularmente do Banco Mundial, a partir do momento que: Para cumprir com o conteúdo proposto pela SEE/SP é necessário que os alunos façam uma série de trabalhos escolares em suas casas, já que este conteúdo não terá condições de ser ensinado em sala de aula por falta de tempo hábil; A produção dos livros didáticos – conforme recomenda o Banco Mundial – está nas mãos das grandes editoras; Os professores recebem regularmente capacitações – seja por meio de orientações técnicas ou por meio de vídeo conferências – para a utilização do material didático; A SEE/SP elaborou e entregou em todas as escolas da rede pública estadual guias didáticos para o trabalho dos professores em sala de aula.

Além disso, com a distribuição destes materiais – Jornal do Aluno, Revista do Professor, Proposta Curricular e Caderno do Professor – os professores ficam responsáveis meramente pela reprodução dos conteúdos propostos – conteúdos estes que são pensados a partir da lógica do capital – sem efetivamente conceber seu material de trabalho, reduzindo seus conhecimentos a habilidades acumuláveis e calculáveis.

Os materiais distribuídos pela SEE/SP, também atendendo às definições da reforma educacional dos anos 90 do Século passado defendem uma educação dirigida para o mundo do trabalho, pela massificação do conhecimento útil e pela equidade e não igualdade de condições, defendendo uma suposta universalidade, que de fato não ocorre a partir do momento em que se trata de forma igual os desiguais.

Por fim, a Proposta Curricular da SEE/SP atendendo as orientações do Banco Mundial propõe a todos os professores a utilização de um material padronizado, informando as matérias a serem ensinadas aos alunos, as especificações prévias das ações a serem desenvolvidas pelos professores, os objetivos que deverão ser alcançados,

as estratégias e métodos que deverão ser utilizados e concluindo todo o trabalho, métodos e critérios de avaliação.

Pelo acima exposto, tenho como impressão inicial que a Proposta Curricular da SEE/SP está intrinsecamente ligada às políticas educacionais definidas pelo Banco Mundial e outras agências internacionais no sentido de educar para o mundo do trabalho, ensinando aos alunos conhecimentos úteis para o mercado, para o capital. Neste processo, os professores são obrigados a aceitar um pacote pedagógico sem nenhuma discussão prévia, perdendo sua autonomia com relação à seleção dos conteúdos e a execução de seu trabalho.

Referências Bibliográficas

BRASIL. UNESCO Brasil. **Declaração Conferência Mundial sobre Educação para Todos**. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decjomtien>. Acesso em: 19 ago. 2006.

DELORS, Jaques. **Educação**. Um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1998.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **Trabalho, escola e ideologia**: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1993.

HYPOLITO, Alvaro Moreira. Processo de trabalho na escola: Algumas categorias para análise. **Teoria & Educação**, n. 4, Porto Alegre, RS: Pannonica Editora Ltda. 1991. p. 3-21.

JÁEN, Maria Jiménez. **Os docentes e a racionalização do trabalho em educação**: Elementos para uma crítica da teoria da proletarização dos docentes. **Teoria & Educação**. N. 4, Porto Alegre, RS: Pannonica Editora Ltda. 1991. p.74-91.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Determinantes das mudanças no conteúdo das propostas educacionais no Brasil dos anos 90: Período Itamar Franco. In: _____.

(Org.). **Educação e Política no limiar do Século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 5-58.

SEE/SP. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Edição Especial da Proposta Curricular. **Revista do Professor**. São Paulo: IMESP. 2008.

SEE/SP. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Educação Física**. São Paulo: SEE. 2008.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 125-186.